Grant Thornton

Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 26586-001-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton
Auditores Independentes Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Quotistas da
Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda.
Campo Grande - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Patena | GTB54642

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

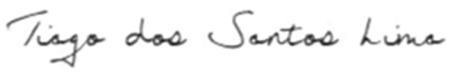
© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Patena | GTB54642

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Tiago dos Santos Lima
Contador CRC 1SP-268.549/O-6

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Patena | GTB54642

Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.736	35.930
Contas a receber	5	67.062	53.836
Estoques	6	23.005	43.535
Tributos a recuperar	7	4.917	5.417
Imposto de renda e contribuição social	7	4.611	5.472
Adiantamentos	8	335	96
Total do ativo circulante		**120.666**	**144.288**
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	-	1.097	643
Mútuo partes relacionadas	13	40.274	23.338
Imobilizado	9	9.867	12.608
Total do ativo não circulante		**51.238**	**36.589**
Total do ativo		**171.904**	**180.876**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores	10	61.267	61.343
Empréstimos e financiamentos	11	1.734	3.036
Obrigações trabalhistas	12	1.741	1.954
Obrigações tributárias	13	4.476	4.091
Adiantamento de clientes	-	873	1.400
Outros passivos	-	124	68
Total do passivo circulante		**70.215**	**71.892**
Passivo não circulante			
Obrigações tributárias	13	3.503	7.132
Mútuo partes relacionadas	15	-	4
Provisão para demandas judiciais	14	524	424
Total do passivo não circulante		**4.027**	**7.560**
Patrimônio líquido			
Capital social	16	1.000	1.000
Reservas de lucros	-	104.122	100.424
Prejuízo acumulado	-	(7.460)	-
Total do patrimônio líquido		**97.662**	**101.424**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**171.904**	**180.876**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita líquida de vendas	17	143.450	153.014
Custo dos produtos vendidos	18	(133.026)	(140.984)
Lucro bruto		**10.424**	**12.030**
(+/-) Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	18	(19.787)	(19.623)
Outras receitas/(despesas) operacionais	18	4.562	5.469
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(4.801)**	**(2.124)**
Receitas financeiras	19	2.702	3.947
Despesas financeiras	19	(1.663)	(3.107)
Variação cambial, líquida	19	-	(2)
Resultado financeiro líquido		**1.039**	**838**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(3.762)**	**(1.286)**
Tributos sobre o lucro	20	-	-
Prejuízo líquido do exercício		**(3.762)**	**(1.286)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício	**(3.762)**	**(1.286)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(3.762)**	**(1.286)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Total reservas de lucro	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.000**	**99.731**	**1.979**	**101.710**	**-**	**102.710**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.286)	**(1.286)**
Reserva de incentivos fiscais	-	4.391	-	4.391	(4.391)	**-**
Compensação de prejuízos acumulados com retenção de lucros	-	-	(1.979)	(1.979)	1.979	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.000**	**104.122**	**-**	**104.122**	**(3.698)**	**101.424**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(3.762)	**(3.762)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.000**	**104.122**	**-**	**104.122**	**(7.460)**	**97.662**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		**(3.762)**	**(1.286)**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais			
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	5	23	69
Provisão/(reversão) para demandas judiciais	14	100	(316)
Baixa do ativo imobilizado	9	1.126	148
Depreciação e amortização	9	2.000	2.362
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	11	664	1.537
		151	**2.514**
(Aumento) redução das contas do ativo			
Contas a receber	-	(13.250)	6.107
Tributos a recuperar	-	1.361	(6.814)
Estoques	-	20.530	(9.902)
Adiantamentos	-	(239)	(19)
Depósitos judiciais	-	(454)	(591)
Aumento (redução) das contas do passivos			
Fornecedores	-	(76)	14.404
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	(3.457)	(4.886)
Adiantamento de clientes e outros passivos	-	(471)	331
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		**4.097**	**1.142**
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-	(664)	(1.537)
Caixa líquido gerado das (aplicado nas) atividades operacionais		**3.433**	**(395)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	9	(385)	(200)
Mútuo partes relacionadas	-	(16.936)	(7.552)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(17.321)**	**(7.752)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação/(amortização) de empréstimos e financiamentos	11	10.262	37.486
Amortização de empréstimos e financiamentos	11	(11.564)	(39.157)
Mútuo partes relacionadas	-	(4)	4
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(1.306)**	**(1.667)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(15.194)**	**(9.813)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	35.930	45.743
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	20.736	35.930
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(15.194)**	**(9.813)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda. ("Empresa") é uma empresa por quotas de responsabilidade limitada, localizada na rua Ana Luísa de Souza 2114. Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A Empresa foi constituída em 30 de maio de 2007 e que iniciou suas atividades operacionais em 2008.

A Empresa possui como controlador e beneficiário final o seu sócio Paul André Reiter, que possui 67% das quotas do seu capital social. A Empresa faz parte de um grupo empresarial a Packingroup (vide detalhes na Nota Explicativa nº 15).

A Empresa possui como objeto a fabricação, comercialização, importação e exportação de termoplásticos para usos industriais.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Empresa em 12 de maio de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 - Políticas contábeis materiais.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional, moeda de apresentação, e moeda estrangeira

A moeda funcional da Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais (R$) ("moeda funcional") usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, cujos itens são mensurados. Os saldos de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial das datas dos balanços. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com ativos e passivos financeiros, incluindo também empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado, como "Variações cambiais, líquidas".

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

- Perda Estimativa com Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota Explicativa nº 5);
- Determinação da vida útil do imobilizado (Nota Explicativa nº 9); e
- Provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 14).

A Administração da Empresa não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos, referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Empresa.

São registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, deduzidas de eventual provisão para redução ao valor recuperável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Empresa), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A perda esperada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

A Empresa considerar para fins de risco de crédito fatores qualitativos e quantitativos indicativos do risco de inadimplemento, sendo os parâmetros qualitativos, a Empresa considera aumentado o risco de recebimento de títulos vencidos a mais de 180 dias. Avalia ainda o potencial impacto de perda sobre os títulos a vencer para cálculo das provisões para perda de crédito esperada que considera o volume de faturamento e histórico de perdas efetivas de anos anteriores.

3.3. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

a) Ativos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração
A Empresa classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **(a)** ao custo amortizado, **(b)** mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e **(c)** mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Empresa **(i)** com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e **(ii)** cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica “receitas financeiras” ou “despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Empresa **(i)** tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e **(ii)** cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Empresa optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.

Essa categoria é composta pelo saldo de outros investimentos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "receitas financeiras" ou "despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

d) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "receitas financeiras" ou "despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "resultado dos instrumentos financeiros derivativos", para os instrumentos derivativos. A Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Empresa avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras dos empréstimos estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou em outro tipo de reorganização financeira, "*default*" ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionadas com "*defaults*".

e) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Empresa incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, adiantamento de clientes e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros empréstimos e financiamentos são da seguinte forma:

f) Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, não excedendo o seu valor realizável líquido. Quando aplicável, é constituída uma perda estimada para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

3.5. Imobilizado

3.5.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

3.5.2. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

3.5.3. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão divulgadas na Nota Explicativa nº 9.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.6 Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizado e intangível têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável ou baixa contra os custos do projeto. Nas demonstrações contábeis de 2025 e 2024, não identificou ajustes a serem contabilizados.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil correspondente ao valor devido.
Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.9. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.10. Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Empresa liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências, divulgadas na Nota Explicativa nº 14, são classificadas como:

- **Prováveis**: para as quais são constituídos passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis;
- **Possíveis**: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis quando relevantes, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- **Remotas**: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

3.11. Benefícios a funcionários e dirigentes

A Empresa não mantém planos de pensão, de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios para seus funcionários e dirigentes pós-saída da Empresa.

O reconhecimento da participação nos lucros é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável e aprovado pela Administração da Empresa.

3.12. Distribuição de lucros e Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A distribuição de lucros para os quotistas da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis, ao final de cada exercício, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo estabelecido no contrato social.

3.13. Receita de contrato com cliente

A receita de contratos com clientes é reconhecida, baseada no modelo de cinco passos: **(i)** identificação dos contratos com os clientes; **(ii)** identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação à obrigação de performance previstas nos contratos; e **(v)** reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida.

As receitas são mensuradas com base na contraprestação a que a Empresa espera ter direito, excluindo os valores cobrados em nome de terceiros, tais como tributos incidentes sobre vendas, bem como descontos incondicionais, devoluções de vendas e outros abatimentos concedidos aos clientes, os quais são reconhecidos como deduções da receita bruta no período em que ocorrem.

a) Receita de vendas de produtos

O reconhecimento da receita ocorre quando: **(i)** mercado nacional, o controle é transferido ao cliente, em geral, no momento da entrega física dos produtos ou conforme a cláusula de entrega pactuada nos contratos (por exemplo, local de entrega acordado), ocasião em que o cliente passa a ter a capacidade de direcionar o uso e obter substancialmente todos os benefícios econômicos dos produtos; e **(ii)** exportação, o reconhecimento da receita ocorre no momento da transferência do controle, conforme os *Incoterms* aplicáveis a cada operação, normalmente quando os produtos são entregues ao transportador indicado ou embarcados, a depender da modalidade contratual, desde que não haja obrigações de desempenho adicionais relevantes a serem satisfeitas pela Empresa.

Não existem obrigações de desempenho adicionais relevantes associadas às vendas de produtos, tampouco componentes significativos de financiamento, uma vez que os prazos de recebimento praticados são compatíveis com as condições usuais de mercado.

3.14. Tributação sobre o lucro

São calculados com base nas alíquotas vigentes de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. São calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os tributos correntes são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio.

3.15. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Empresa irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Empresa possui tratamento tributário especial para o ICMS concedido pela Lei Complementar nº 93/2001 MS Empreendedor.

3.16. Novas normas, alterações e interpretações

Uma série de novas normas contábeis e alterações a normas existentes entrarão em vigor para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito a seguir. A Empresa não adotou antecipadamente essas normas na preparação das presentes demonstrações contábeis:

Futuros requerimentos	
Data efetiva	**Novas normas ou alterações**
1º de janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02)
1º de janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48 e CPC 40
1º de janeiro de 2026	*Annual Improvements to* IFRS *Accounting Standards* – Volume 11
1º de janeiro de 2027	IFRS 18 (CPC 51) *'Presentation and Disclosure in Financial Statements'*

Na avaliação inicial da Administração, não foram identificados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa decorrentes da adoção dessas novas normas e alterações, considerando a natureza de suas operações e o atual estágio de aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil.

CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, relativas à ausência de conversibilidade, visam estabelecer orientações específicas para situações em que uma entidade não consegue converter determinada moeda em outra moeda de forma plena, devido a restrições legais ou regulatórias, definindo critérios para mensuração e divulgação nessas circunstâncias.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação têm como objetivo esclarecer e refinar aspectos relacionados à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros, incluindo exigências adicionais de divulgação, com foco na melhoria da qualidade das informações fornecidas aos usuários das demonstrações contábeis.

***Annual Improvements to* IFRS *Accounting Standards* – Volume 11** compreende ajustes pontuais e esclarecimentos a normas já existentes, resultantes de revisões periódicas dos pronunciamentos internacionais, sem introduzir novos princípios contábeis relevantes, mas buscando eliminar ambiguidades e melhorar a consistência das normas.

IFRS 18 (CPC 51) – *Presentation and Disclosure in Financial Statements* substituirá o atual CPC 26 e introduz mudanças relevantes na estrutura e na apresentação das demonstrações contábeis, especialmente na Demonstração do Resultado do Exercício, estabelecendo novos subtotais obrigatórios e critérios mais claros de agrupamento e divulgação de informações, com o objetivo de aumentar a transparência e a comparabilidade entre as entidades.

Reforma tributária brasileira

Em dezembro de 2024, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de nº 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês.

O principal objetivo da reforma é a simplificação do sistema tributário, substituindo cinco tributos incidentes sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um modelo de tributação dual, composto por: **(i)** Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto Seletivo (IS), aplicável a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente; e **(ii)** Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Além da unificação dos tributos sobre o consumo, a reforma prevê a criação de fundos para compensação de incentivos fiscais, desenvolvimento regional e mitigação de desigualdades econômicas entre os estados. Também estabelece mudanças na tributação patrimonial, como a realocação da competência para a regulamentação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) para a esfera federal e a ampliação da incidência do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sobre veículos aquáticos e aéreos.

Em 16 de janeiro de 2025, o presidente do Brasil sancionou a Lei Complementar nº 68/2024, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo. A nova legislação simplifica a cobrança de tributos, elimina a cumulatividade tributária, dá previsibilidade à arrecadação e isenta totalmente de impostos os itens da cesta básica nacional. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que a reforma trará avanços significativos no médio prazo, aumentando a competitividade da economia brasileira.

O período de transição para o novo modelo tributário será gradual, com etapas progressivas até sua implementação completa. Em 2026, terá início a cobrança da CBS e do IBS em caráter experimental, com alíquotas reduzidas, enquanto os tributos atuais ainda coexistirão. A extinção total do sistema vigente está prevista para ocorrer até 2033.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Banco conta movimento	48	75
Aplicações financeiras	20.688	35.855
Total	**20.736**	**35.930**

O caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades mantidas pela Empresa, que serão utilizadas para liquidar os compromissos de curto prazo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e sem penalidade no resgate, com modalidade compromissada, apresentaram rendimento de 85% a 90% do CDI, CDB e Letra Direta 100% do CDI em 2025 e 2024.

5. Contas a receber

	2025	2024
Contas a receber de clientes nacionais	37.118	39.857
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 15)	31.436	15.494
Total	**68.554**	**55.351**
(-) Perda Esperada em Crédito de liquidação Duvidosa (PECLD)	(1.492)	(1.515)
Total	**67.062**	**53.836**

a) Idade do saldo de contas a receber de clientes

Abertura por vencimento das contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	2025	2024
A vencer	**43.986**	**40.542**
Vencidos		
Até 30 dias	2.304	707
De 31 a 60 dias	5.147	32
De 61 a 90 dias	2.913	-
De 91 a 180 dias	289	-
Acima de 180 dias **(a)**	13.915	14.070
Total	**24.568**	**14.809**
Total	**68.554**	**55.351**

(a) A Empresa possui contas a receber com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 15), os quais o prazo médio de vencimento é de cerca de 180 dias após a emissão. A Administração da Empresa julgou como não necessário o registro de perda esperada em créditos de liquidação duvidosa para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

b) Movimentação da PECLD

A Empresa registra a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes. A seguir a movimentação da perda esperada em créditos de liquidação duvidosa:

	2025	2024
Saldo inicial	**(1.515)**	**(1.446)**
Adições	(160)	(86)
Reversões	183	17
Saldo final	**(1.492)**	**(1.515)**

6. Estoques

	2025	2024
Matéria-prima	4.507	14.486
Produto acabado	8.344	6.844
Aparas	864	10.414
Mercadoria em trânsito	9.290	11.791
Total	**23.005**	**43.535**

7. Tributos a recuperar

	2025	2024
ICMS a recuperar	582	1.560
PIS e Cofins a recuperar	317	1.142
IPI a recuperar	4.018	2.715
Total tributos a recuperar	**4.917**	**5.417**
IRPJ a recuperar	3.625	4.010
CSLL a recuperar	986	1.462
Total imposto de renda e contribuição social	**4.611**	**5.472**

8. Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamento a fornecedores nacionais	266	44
Adiantamento a funcionários	51	52
Adiantamento a fornecedores Exterior	18	
Total	**335**	**96**

9. Imobilizado

a) Composição

		Líquido			
Descrição	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2025	2024
Edificações	4%	9.504	(4.639)	4.865	5.245
Máquinas e equipamentos	10%	16.499	(12.043)	4.456	6.885
Móveis e utensílios	10%	517	(305)	212	249
Equipamentos de informática	20%	353	(310)	43	52
Instalações	10%	300	(153)	147	177
Obras em andamento	-	144	-	144	-
Veículos	20%	32	(32)	-	-
Total		**27.349**	**(17.482)**	**9.867**	**12.608**

b) Movimentação

Descrição	2024	Adições	Baixas	Depreciação	2025
Edificações	5.245	-	-	(380)	4.865
Máquinas e equipamentos	6.885	218	(1.124)	(1.523)	4.456
Móveis e utensílios	249	8	(2)	(42)	213
Equipamentos de informática	52	15	-	(25)	42
Instalações	177	-	-	(30)	147
Obras em andamento	-	144	-	-	144
Total	**12.608**	**385**	**(1.126)**	**(2.000)**	**9.867**

Descrição	2023	Adições	Baixas	Depreciação	2024
Edificações	5.625	-	-	(380)	5.245
Máquinas e equipamentos	8.647	177	(65)	(1.874)	6.885
Móveis e utensílios	282	8	-	(42)	248
Equipamentos de informática	74	15	-	(36)	53
Instalações	207	-	-	(30)	177
Obras em andamento	83	-	(83)	-	-
Total	**14.918**	**200**	**(148)**	**(2.362)**	**12.608**

10. Fornecedores

a) Composição

	2025	2024
Fornecedores - Nacionais	18.182	20.080
Fornecedores - Exterior	1	-
Fornecedores - Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 15)	43.084	41.263
Total	**61.267**	**61.343**

11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Indexador	Encargos anuais médios %	Vencimento	2025	2024
Em moeda nacional					
Fundo Bucarest	Pré-fixada	2,5 a.m.	31/03/2026	1.734	3.036
Total				**1.734**	**3.036**

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrente de atividade de financiamento

	Fundo Bucarest	FINAME Banco do Brasil	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.244**	**463**	**4.707**
(+) Captação	37.486	-	**37.486**
(-) Amortização de principal	(38.694)	(463)	**(39.157)**
(-) Amortização de juros	(1.523)	(14)	**(1.537)**
(+) Juros apropriados	1.523	14	**1.537**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.036**	**-**	**3.036**
(+) Captação	10.262	-	**10.262**
(-) Amortização de principal	(11.564)	-	**(11.564)**
(-) Amortização de juros	(664)	-	**(664)**
(+) Juros apropriados	664	-	**664**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.734**	**-**	**1.734**

12. Obrigações trabalhistas

	2025	2024
Salários e encargos sociais a pagar	355	424
Provisão de férias e encargos sociais	1.322	1.456
Outras obrigações trabalhistas	64	74
Total	**1.741**	**1.954**

13. Obrigações tributárias

	2025	2024
ICMS a recolher	36	30
IRRF a recolher	88	96
Outros tributos a recolher	6	3
Obrigações tributárias	**130**	**129**
Parcelamento PERT **(a)**	999	1.147
Parcelamentos REFIS **(b)**	458	539
Parcelamentos IRPJ e CSLL **(c)**	6.168	8.982
Parcelamentos IPI	224	426
Parcelamentos	**7.849**	**11.094**
Circulante	4.476	4.091
Não circulante	3.503	7.132
Total	**7.979**	**11.223**

a) Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

Em agosto de 2017 a Empresa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais. Optou-se pela modalidade de pagamento em espécie de 7,5% (sete e meio por cento) da dívida consolidada em 5 prestações mensais e sucessivas, sendo o saldo remanescente parcelado em 145 prestações mensais e sucessivas atualizadas pela Selic.

Em outubro de 2017, com a conversão da referida Medida Provisória na Lei nº 13.496/2017, alterada pela Medida Provisória nº 807/2017, publicada em 31 de outubro de 2017, a Empresa migrou para a modalidade de pagamento em espécie de 5% (cinco por cento) da dívida consolidada em 5 prestações mensais e sucessivas.
As demais condições permaneceram inalteradas.

O valor total dos tributos parcelados (incluindo multa e juros) é R$ 2.160. Para o valor total da dívida houve uma redução de 50% de multas e 80% dos juros.

A Empresa encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das condições dele.

b) REFIS - Lei nº 12.996/2014

Em agosto de 2014 a Empresa aderiu ao REFIS, instituído pela Lei nº 12.996/2014, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais. Optou-se pela modalidade de pagamento em espécie de 10% (dez por cento) da dívida consolidada em 5 prestações mensais e sucessivas, sendo o saldo remanescente parcelado em 179 prestações mensais e sucessivas atualizadas pela Selic.

O valor total dos tributos parcelados (incluindo multa e juros) foi de R$ 1.069. Para o valor total da dívida houve uma redução de 60% de multas e 25% dos juros.

c) Parcelamento IRPJ e CSLL

Com intuito de regularização dos valores em aberto de IRPJ e CSLL dos anos de 2020 e 2021, a Empresa aderiu ao parcelamento ordinário em 2022 em 60 prestações mensais e sucessivas atualizadas pela Selic.

O valor total dos tributos parcelados (incluindo multa e juros) foi de R$ 4.269 e R$ 9.240, dos anos de 2020 e 2021, respectivamente.

A Empresa encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das condições dele.

A seguir, estão demonstrados os valores estimados para o desembolso anual:

	2025	2024
Não circulante		
2026	-	3.944
2027	2.768	2.510
2028	362	336
2029	352	325
2030	21	17
Total	**3.503**	**7.132**

14. Provisões para demandas judiciais

A Empresa, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributário, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão assim representadas:

	2025	2024
Trabalhistas	524	424
Total	**524**	**424**

A movimentação da provisão no exercício de 2025 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**740**
Reversões	(316)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**424**
Adições	101
Reversões	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**524**

Contingências de perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa é parte em ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Tais processos representam o montante de R$ 543 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 834 em 2024).

15. Partes relacionadas

15.1. Saldos de balanços

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

	2025	2024
Ativo circulante - contas a receber (Nota Explicativa nº 5)		
Guanapack – Indústria de Embalagens Plásticas Ltda. ("Guanapack")	-	87
EPA Empresa de Plásticos da Amazônia Ltda. ("E.P.A.")	13	-
Europack Indústria e Comércio de Produtos Termoplásticos Ltda. ("Europack")	420	-
Norpack Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda. ("Norpack")	-	30
Packduque Indústria de Plásticos Ltda. ("Packduque")	31.003	15.377
Total	**31.436**	**15.494**

Ativo circulante - Contrato de mútuo (a)		
Europack	1.224	1.224
Packduque	3.187	300
Guanapack	6.146	-
E.P.A.	5	-
Paul Reiter	13.729	7.181
Theo Reiter	15.983	14.633
Total	**40.274**	**23.338**

Passivo circulante - fornecedores (Nota Explicativa nº 10)		
Guanapack	471	27
Norpack	12.396	14.338
E.P.A	28.175	26.860
Packduque	380	18
Prismapack	1.662	20
Total	**43.084**	**41.263**

Passivo não circulante - contrato de mútuo		
Guanapack	-	4
Total	**-**	**4**

(a) Refere-se ao contrato de mútuo com partes relacionadas sem encargos financeiros e vencimento em até cinco anos, a contar do primeiro dia de setembro de 2024. A quitação deve dar-se dentro do prazo aqui acordado, mediante depósito em conta bancária da mutuante, exceto se de outra forma vier a ser acordado entre as partes. Todos os contratos possuem garantia do saldo devedor.

15.2. Saldos de resultado

Os resultados nas transações da Empresa com partes relacionadas estão demonstrados como segue:

	2025		2024	
	Vendas (a)	Compras	Vendas (a)	Compras
Europack **(a)**	420	-	299	-
Europackne	-	-	-	-
EPA	811	66.182	-	55.596
Guanapack **(a)**	18	511	123	384
Norpack **(a)**	-	52	39	14.346
Packduque **(a)**	25.509	2.181	19.278	207
Prismapack	-	3.205	-	35
Total	**26.758**	**72.131**	**19.739**	**70.568**

(a) Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros. Os preços dos produtos vendidos para partes relacionadas são determinados considerando-se preços de venda de no mínimo 80% dos praticados no mercado, para os mesmos produtos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Empresa era de R$ 1.000, sua composição é de 1.000.000 quotas subscritas e integralizadas de R$ 1,00 (um real) cada.

b) Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a Empresa não apresentou lucro passível de destinação, razão pela qual não houve apuração de dividendos obrigatórios, tampouco cálculo ou pagamento de juros sobre o capital próprio.

Adicionalmente, não foram identificadas deliberações societárias visando à distribuição de resultados acumulados ou à constituição de reservas para esse fim, mantendo-se, portanto, a política de retenção dos resultados conforme necessário para a continuidade das operações e equilíbrio financeiro da Empresa.

17. Receita líquida de vendas

	2025	2024
Venda de produtos - Mercado interno	201.258	215.186
Deduções de vendas		
Impostos sobre vendas	(51.224)	(54.297)
Devoluções e descontos	(6.584)	(7.875)
Total	**(57.808)**	**(62.172)**
Receita líquida de vendas	**143.450**	**153.014**

18. Custos e despesas por natureza dos produtos vendidos

	2025	2024
Materiais diretos (Matéria-prima, embalagem)	(102.024)	(105.642)
Pessoal	(19.106)	(20.622)
Despesas comerciais	(11.275)	(10.280)
Materiais para impressão	(5.119)	(8.100)
Energia elétrica	(3.781)	(4.955)
Serviços de terceiros	(3.426)	(3.781)
Outros gastos	(2.961)	(2.305)
Depreciação	(2.000)	(2.363)
Despesas com viagens	(1.168)	(724)
Outras despesas administrativas	(1.318)	(1.130)
Material de consumo	(382)	(363)
Impostos e taxas	(253)	(342)
Provisão para contingência	(100)	-
Receita de incentivo fiscal conforme Lei nº 5.636/10 **(a)**	3.770	4.391
Resultado na venda do imobilizado	471	331
Perda Esperada em Crédito de liquidação Duvidosa	23	(69)
Outras receitas (despesas)	398	816
Total	**(148.251)**	**(155.138)**
Representado por:		
Custo dos produtos vendidos	(133.026)	(140.984)
Despesas gerais e administrativas	(19.787)	(19.623)
Outras receitas/(despesas) operacionais	4.562	5.469
Total	**(148.251)**	**(155.138)**

(a) Nessa rubrica encontram-se registrados os ganhos obtidos com a redução do ICMS nos termos do artigo 8º, inciso II da Lei Complementar nº 93 de 05 de novembro de 2001 e na redação da LC nº 103/2003.

19. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	2.341	3.904
Descontos recebidos	58	15
Juros ativos	17	26
Outras receitas financeiras	286	2
Total	**2.702**	**3.947**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(930)	(1.078)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(664)	(1.666)
Descontos concedidos	(47)	(337)
IOF	(22)	(26)
Total	**(1.663)**	**(3.107)**
Variação cambial, líquida		
Variação cambial ativa	-	-
Variação cambial passiva	-	(2)
Total	**-**	**(2)**
Resultado financeiro, líquido	**1.039**	**838**

20. Tributos sobre o lucro

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(3.762)**	**(1.286)**
Adições e exclusões	(3.981)	(5.862)
Total de adições e exclusões.	**(3.981)**	**(5.862)**
Base de cálculo	**(7.743)**	**(7.148)**
Imposto calculado com base em alíquotas vigentes		
CSLL - 9%	-	-
IRPJ - 15% + 10% adicional	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	**-**	**-**

21. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Empresa em 31 de dezembro de 2024 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, cujos valores contábeis correspondem aos valores de realização.

	2025	2024
Ativos financeiros - Custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	20.736	35.930
Contas a receber	67.062	53.836
Adiantamentos	335	96
Total	**88.133**	**89.862**

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	61.267	61.343
Empréstimos e financiamentos	1.734	3.036
Outros passivos	124	68
Total	**63.125**	**64.447**

b) Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Empresa em 31 de dezembro de 2025 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, cujos valores contábeis correspondem aos valores de realização.

	Menos de 01 ano	Entre 01 e 02 anos	Entre 02 e 05 anos	Acima de 05 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	61.267	-	-	-	**61.267**
Empréstimos e financiamentos	1.734	-	-	-	**1.734**
Outros passivos	124	-	-	-	**124**
Total	**63.125**	**-**	**-**	**-**	**63.125**

Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	61.343	-	-	-	**61.343**
Empréstimos, financiamentos	3.036	-	-	-	**3.036**
Outros passivos	68	-	-	-	**68**
Total	**64.447**	**-**	**-**	**-**	**64.447**

21.1. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras empresas do setor, a Empresa monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados.

O nível de endividamento da Empresa é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

* * *